



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

TATIANA DOS SANTOS LARA

BEN-HUR MARTINS NEVES SOARES

**A POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O PERCURSO DO
SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

Rio de Janeiro

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

TATIANA DOS SANTOS LARA

BEN-HUR MARTINS NEVES SOARES

**A POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O PERCURSO DO
SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Prof.º Dr.º Gustavo Javier
Repetti.

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer em primeiro lugar ao nosso orientador Gustavo Javier Repetti, por ter aceitado construir este trabalho a partir do ano de 2014. Além de nosso orientador, foi nosso professor de Orientação e Treinamento Profissional II, III e IV, disciplinas em que pudemos compartilhar nossas inquietações com relação ao sistema penitenciário. Obrigada professor!

Tatiana:

O sistema penitenciário foi o local em que estive durante 2 anos de estágio curricular. E este trabalho é fruto de constantes observações participantes, participações em fóruns e cursos de capacitações, locais em que pude começar a me envolver na prática do Serviço Social, para além das salas de aula.

Agradeço ao meu companheiro de TCC, Ben-Hur, por ter agregado este trabalho a partir de 2015. Obrigada querido! Você divertiu muitas orientações e contribuiu com seu esforço e dedicação para que juntos tornássemos este projeto uma realidade. Muito sucesso para nós!

Gostaria de agradecer aos meus pais, Walkíria e Geraldo, por todo apoio que me foi dado desde 2010, ao ingressar na UFRJ. Sendo filha única, e a primeira da família a obter um diploma de graduação, sei que fui motivo de muito orgulho para eles. Mas sei também que sem eles eu não teria chegado aqui e nem tão pouco me mantido.

Foram muitos dias preocupados com meu deslocamento de Campo Grande, na zona oeste, para o campus da Urca, na zona sul. Foram muitas “marmitas” preparadas para meu sustento durante dias de estudos

prolongados, fora de casa. Muitos trens lotados, perdas de ônibus, enfim... Sacrifícios atrás de sacrifícios. Mas carrego em meu peito, enquanto pessoa e partícipe da classe trabalhadora, que sem sacrifício não há vitória. E a luta com certeza não acaba por aqui. Estou apenas terminando uma etapa nesta jornada que se chama vida!

Sou privilegiada, pois no percurso da vida tive a participação de pessoas especiais. E no preparatório para o vestibular, em 2009, uma dessas pessoas especiais que a vida nos presenteia, contribuiu para o meu estudo e preparo afim de que o ingresso na UFRJ se tornasse uma realidade. E pode-se passar o tempo que for, serei eternamente grata à Marta Geovanna e sua família, por todo apoio, por acreditar e investir em mim. Te adoro!

Meus agradecimentos também vão às minhas supervisoras de estágio, que de maneira muito especial, através da prática no cotidiano, me trouxeram inúmeros aprendizados e me fizeram crescer como profissional e como ser humano. Rafaela e Rosely, muito obrigada e muito sucesso na carreira de vocês.

Não poderia esquecer-me de meus amigos, que estiveram comigo durante este período. Não foram muitos, mas os que estiveram sabem que compuseram um lugar todo especial no meu coração. Agradeço à Millena, Verônica e Bianca pela afinidade e companheirismo mantido desde o primeiro período. Agradeço à Jéssica, Jeanine, pelo companheirismo que foi desabrochando com o passar do tempo. Agradeço à Joseane, pelos sorrisos tirados, os apoios, as alegrias e os cafezinhos de manhã. Muito obrigada à todas!

Aos amigos da igreja, parentes e de todos os lugares que torcem por mim, que me desejam sucesso e que de uma maneira ou de outra estiveram presentes. Em especial aos meus padrinhos, Adilson e Celsa, que sempre tiveram palavras de apoio, de incentivo para não parar de lutar e sempre almejar degraus maiores. Estiveram presentes em minha formatura e são como um segundo pai e mãe para mim. Meus sinceros agradecimentos de todo o meu coração.

E para finalizar, agradeço a uma pessoa especial que desafia a distância de 507 km entre o RJ e o interior de SP. Eu agradeço por estar aturando toda minha ansiedade, meu estresse, minhas irritações em fim de graduação. Quando eu quis desistir do TCC, quando eu quase me desesperei com tantos problemas na cabeça, ele estava lá, mesmo de longe, cuidando de mim. Dando-me uns “puxões de orelha” para não olhar para trás, mas terminar minha faculdade. Meu namorado Claudinei e, com fé em Deus, meu futuro esposo! Obrigada amor, por já ser meu companheiro e dividir as emoções finais ao meu lado. Te amo muito.

Desejo que todos aceitem minha singela homenagem por tudo que compartilharam comigo durante este período de graduação. Cada um de vocês marcou com algum tipo de gesto ou palavra, minha passagem pela UFRJ. Foram momentos inesquecíveis que passei com vocês. Meus sinceros agradecimentos.

Ben- Hur:

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho às pessoas que puderam contribuir de alguma forma para o meu processo de formação profissional e principalmente pessoal. Queria agradecer primeiramente aos meus pais Ben-

Hur e Marluce que sempre me ajudaram e acreditaram em mim, me possibilitando ingressar na UFRJ e me deram forças e condições para continuar e chegar até aqui. Também à minhas queridas irmãs Letícia e Deborah que sempre me alegraram a cada dia e me fazem me sentir mais velho a cada dia que as vejo crescer.

Meus mais profundos agradecimentos à minha colega de classe e querida amiga Tatiana dos Santos, que acreditou em mim e aceitou embarcarmos juntos nesse estudo visando contribuir positivamente para nossa formação profissional e para o exercício de nossa futura profissão. Foram muitos os desafios mas conseguimos chegar ao nosso objetivo.

Quero agradecer também aos meus familiares, em especial, às minhas queridas avós Geni e Geraldina, que sempre foram, acima de tudo, grandes amigas, sempre me incentivando e transparecendo para mim o orgulho que eu as proporcionei. Obrigado minhas queridas.

Às minhas supervisoras de estágio, Juliana Rosas e Tânia Dahmer por todo o conhecimento que me passaram, a paciência e o tempo dedicado ao meu aprendizado e a confiança demonstrada. Vocês são um grande exemplo de profissionais e servem de muita inspiração para mim.

Agradeço ao professor Ricardo Rezende Figueira e toda a equipe do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), pelo tempo que pude participar de do Grupo de pesquisa como bolsista de extensão e posteriormente como bolsista de Iniciação Científica. Vocês contribuíram muito para a minha formação profissional.

Agradeço a todos os meus amigos pessoais, colegas e amigos que fiz na faculdade. Professores, funcionários da Escola de Serviço Social, etc. Todos vocês contribuíram de certa forma para hoje eu estar aqui.

E, sobretudo, quero agradecer à minha querida e amada esposa Damarys, que se não fosse por ela me inscrever no vestibular para a UFRJ e me incentivar a realizá-lo, talvez eu nunca estivesse aqui realizando esse Trabalho de Conclusão de Curso. Por todo o apoio que me deu durante esses oito anos que estive comigo, por estar sempre ao meu lado nas dificuldades, nos desafios, compartilhando tanto de meus anseios e tristezas como de todos os momentos de alegria e felicidade. Obrigado por ter me ajudado a chegar até aqui, por ter me dado forças quando por vezes desanimava, quando pensei em desistir. Essa vitória também é sua. Obrigado por todo o amor e companheirismo. Te amo muito minha amada.

“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.”

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O presente estudo é produto de reflexões levantadas a partir de participação como estagiários de Serviço Social na Secretaria do Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP- RJ), no período do ano de 2012 ao ano de 2014. A pesquisa desenvolvida tem como objetivo compreender o processo de inserção dos assistentes sociais neste espaço e como as consequências da expansão da ofensiva neoliberal no Brasil rebatem sobre a profissão, em um contexto de “Estado Penal” em detrimento de um “Estado Social”.

Concluimos que o exercício profissional, sendo uma profissão assalariada, inserida em um contexto de precarização das relações de trabalho, convive com o constante crescimento do contingente de população carcerária - público usuário do Serviço Social - paralelo à estagnação do contingente de profissionais neste espaço e o déficit de recursos.

Palavras-chave: Serviço Social; SEAP; exercício profissional.

ABSTRACT

This study is the product of reflection raised from participation as Social Work trainees at the registry of the State of Rio de Janeiro Penitentiary Administration (SEAP-RJ), in the period from the year 2012 to 2014. The research aims to understand the process of insertion of the social workers in this space and as the professional practice suffers from the consequences of the expansion of neoliberal offensive in Brazil, in a context of "Criminal State" rather than a "Social State".

We conclude that the professional exercise, being a salaried profession, suffers from a process of precariousness, because we have a constant growth in the prison population quota-public Social Service user-parallel to the stagnation of the contingent of professionals in this space and the shortage of resources.

Keywords: Social Work; SEAP; professional practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPES- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CONPE/ CEPERJ- Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro

DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional

DESIPE- Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro

FSC- Fundação Santa Cabrini

FUESP- Fundo Especial Penitenciário

FHC- Fernando Henrique Cardoso

INFOPEN- Informações Penitenciárias

LEP- Lei de Execução Penal

SEAP- Secretaria do Estado de Administração Penitenciária

SEAP/ JFS – Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICO 1- Perfil da população carcerária segundo raça, cor ou etnia	37
GRÁFICO 2: Perfil da população carcerária segundo nível de escolaridade..	38
GRÁFICO 3: Perfil da população carcerária segundo faixa etária	38
QUADRO 1: Dados sobre a população carcerária mundial.....	40
TABELA 1: Realidade da ocupação do sistema prisional brasileiro.....	41
GRÁFICO 4: Variação das taxas de aprisionamento entre 2008 à 2013 – (último dado disponível).....	41
GRÁFICO 5: Ranking mundial em taxas de aprisionamento	42
FIGURA 1: Contingentes de população carcerária nos estados brasileiros....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 - ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL	22
1.2 O processo de reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal	23
1.3 A ofensiva neoliberal e sua emergência no cenário brasileiro	25
1.4 A nova configuração da política pública brasileira em um cenário neoliberal	28
2 - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL.....	30
2.1 Estado Penal e criminalização da pobreza	31
2.2 Pessoas no cárcere: A realidade do sistema penal brasileiro.....	35
2.2.1 O perfil da população carcerária brasileira.....	36
2.2.2 Dados sobre a realidade prisional brasileira.....	40
2.3 A prisão na realidade de um Brasil neoliberal: Ressocializar é possível?	44
3 - O SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL DO RIO DE JANEIRO	49
3.1 - O Serviço Social como profissão: uma breve contextualização	49
3.2 A inserção da profissão na área prisional	56
3.2.1 A Associação de Serviços Sociais e o Centro de Serviço Social	56
3.2.2 A Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE) e a Divisão Cultural e de Serviços Assistenciais.....	58
3.2.3 O Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE) e a Divisão de Serviço Social.....	60
3.3- A criação da Secretaria do Estado de Administração Penitenciária (SEAP).....	65
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar uma breve reconstrução sobre o percurso da inserção dos assistentes sociais no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro, buscando entender o processo histórico das relações de trabalho neste espaço sócio-ocupacional, sobretudo a partir do avanço do cenário neoliberal no Brasil a partir da década de 90, estendo-se até os dias atuais.

A SEAP foi instituída a partir do decreto nº 32.621 de 1º de janeiro de 2003, no fim do mandato de governo de Benedita da Silva e início do governo de Rosinha Garotinho. Substitui o que anteriormente se constituía como Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE) e constitui-se com um espaço de trabalho de profissionais de Serviço Social.

Segundo informações de seu site, a SEAP foi criada com o objetivo de dar um tratamento individualizado e específico ao Sistema Penitenciário do estado do Rio de Janeiro. Estruturalmente é composta por três subsecretarias adjuntas: Unidades Prisionais, Infraestrutura e Tratamento Penitenciário, além de uma Subsecretaria Geral de Administração Penitenciária. Também conta com um conjunto de três Coordenações de Unidades Prisionais: Gericinó (que se localiza em Bangu), Frei Caneca e isoladas (que se localiza no Centro da Cidade e em municípios como Magé e Japeri), Niterói e Interior (que se localiza em Campos, por exemplo).

Esta divisão ocorre com o objetivo de dar assistência mais personalizada às direções dos presídios. São órgãos da SEAP:

- Fundação Santa Cabrini (FSC), “*criada em setembro de 1977 para gerir e promover o trabalho remunerado para os apenados intra e extramuros do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro*”, ou seja, dentro das prisões enquanto internos e fora, após ser decretada a liberdade ou transferido para o regime semiaberto.

Também tem como objetivo organizar atividades culturais, educacionais e artísticas, incentivando a ocupação criativa de detentos, seus familiares, dos presos em regime de livramento condicional e de egressos do sistema penitenciário (Site da SEAP-RJ, 2014).

- Conselho Penitenciário (antigo CONPE, e atual CEPERJ) criado a partir da Lei nº 6181 de 16 de Março de 2012, se configura como um órgão fiscalizador da política penitenciária e conduzirá decisões ao sistema penitenciário em geral.
- Fundo Especial Penitenciário (FUESP) instituído a partir da lei nº 1125, de 12 de fevereiro de 1987, é

destinado a proporcionar recursos financeiros, de natureza supletiva, para a realização de obras de restauração e adaptação de imóveis; aquisição de materiais; reequipamento e recuperação de máquinas, motores, geradores, veículos, aparelhos e utensílios de oficinas, reparos nas instalações de cozinhas, lavanderias, padarias e outras dependências; execução de serviços, inclusive programas de ensino culturais, de assistência social e médico-hospitalar, nos órgãos locais de Departamento do Sistema Penal. (Art. 1º da Lei 1125/87)

Nosso estudo tem como objetivo, compreender o processo de inserção dos assistentes sociais no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Partiremos do pressuposto que o exercício da profissão neste espaço de trabalho é afetado pela precarização das políticas sociais, considerando o contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil, o “Estado Social” se detém à um “Estado Penal”, com visibilidade à lógica da segurança. As consequências deste

redirecionamento manifestam-se no sistema carcerário do Rio de Janeiro através da ausência de um quadro profissional estável paralelo ao crescente número de pessoas em situação de privação de liberdade. A partir dessa realidade podemos dizer que não é possível alcançarmos os objetivos desta instituição, que foi criada para dar *“assistência mais personalizada às direções dos presídios”* e *“dar um tratamento individualizado e específico ao Sistema Penitenciário do estado do Rio de Janeiro”*, a partir do momento em que se torna um desafio a realização de um trabalho estrutural, qualificado e individualizado com os usuários do Serviço Social nesta instituição.

Este déficit no quadro profissional será analisado a partir da compreensão do Serviço Social enquanto profissão assalariada, inserida na divisão social e técnica do trabalho e como executor de políticas, como a de execução penal no interior da SEAP-RJ, como mostra Iamamoto:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (Iamamoto, 2011, p.83).

Atualmente vivemos um período, segundo Fraga (2002: 26) de aumento do *“estado penal e diminuição do estado social”*, onde a população carcerária torna-se um dos agrupamentos sociais mais vulneráveis à violência e dos mais excluídos da implementação de políticas públicas e de programas sociais nestes espaços, como por exemplo, a política de saúde, de educação e até

mesmo a política previdenciária, pois estes se submetem a um regime que tem probabilidade de uma violação total dos seus direitos. Sendo assim podemos afirmar que há um paradoxo, quando observamos a realidade em contrapartida com o que está colocado nas legislações. Isso também explica a supervalorização da segurança em detrimento das outras áreas de atuação na SEAP, como abordaremos ao longo do trabalho.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), até o fim de 2014 a população carcerária no Brasil, ultrapassava 607.731 presos, sendo que no Rio de Janeiro já chega ao contingente de 39.321 presos¹. Segundo dados da mesma fonte, no mesmo período, totalizavam-se 93 assistentes sociais inseridas em todo o sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Podemos dizer que temos um número exorbitante de população carcerária paralela a um baixo quantitativo de profissionais inseridas em unidades prisionais no estado do RJ.

Como aprofundamento desta análise, trataremos de desvelar o “pano de fundo” deste cenário, que é caracterizado pelo fenômeno da ofensiva neoliberal a partir de sua entrada no Brasil na década de 1990. O neoliberalismo causa um desmonte das políticas sociais, afetando as políticas públicas de saúde, previdência, assistência, educação, entre muitas outras. O Estado investe o mínimo no social, imperando a lógica de regulação através do mercado. O interesse é a reestruturação do capital e assim o Estado passa a oferecer

¹ Dados retirados do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) – Junho de 2014*, no qual sintetiza os dados dos estabelecimentos penais dos estados brasileiros. Trata-se de um relatório elaborado em 23 de Junho de 2015, pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) junto ao Ministério da Justiça.

serviços mínimos, precarizados, voltados meramente para a manutenção da ordem social e as políticas sociais se configuram na mesma lógica.

Com esse contexto, poderemos observar como este processo de inserção dos assistentes sociais no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, é afetado diante do novo cenário econômico, político e social brasileiro, podendo assim compreender como se impera a precarização do trabalho, haja visto que esta não é uma realidade atual, mas que vem se perpetuando dessa maneira ao longo dos anos. Se o número de presos é cada vez maior e em contrapartida um número cada vez mais estagnado de profissionais que trabalham diretamente com este público, devemos compreender qual o papel do Estado diante disto.

Portanto, fica clara a importância em compreender o contexto histórico da construção das políticas sociais sob a ótica do neoliberalismo, e o reflexo deste modelo na vida da classe trabalhadora, pois isso está diretamente relacionado ao tema estudado.

O interesse por este tema surgiu a partir de nossas experiências de estágio na Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza (SEAP-JFS) e no Instituto de Perícias Heitor Carrilho (SEAP-HH) entre os anos de 2012 e 2014.

No caso da SEAP-JFS, houve a supervisão de estágio por duas assistentes sociais, sendo que para ambas o regime de trabalho era estabelecido por meio de contratos temporários. A primeira assistente social foi desligada da SEAP em meados de 2013 sem ao menos ter cumprido o período de 3 anos vigentes em seu contrato de trabalho, sendo substituída por outra

profissional que também se inseriu neste campo com um regime de trabalho estabelecido por meio de contrato trabalhista, este com a vigência de um período de 2 anos (com provável prorrogação a 3 anos) ligada à SEAP.

No Instituto de Perícias Heitor Carrilho (SEAP-HH) a situação não se diferenciava. Embora a supervisão tenha sido com uma assistente social efetivada, essa unidade passa por um processo de reestruturação, tendo uma realidade diferente das Unidades Prisionais da SEAP. Através da inserção na unidade com vínculo de estágio foi possível verificar que o local passa pelos mesmos déficits de profissionais, em que parte destes são contratados por regime temporário e instáveis. Há falta de recursos, instrumentos, infraestrutura, e tudo isso incide diretamente na atuação profissional.

Ao se inserirem no quadro de trabalhadores da SEAP-RJ, os assistentes sociais compõem o que é qualificado como equipe técnica. Nesta equipe temos a presença de outros profissionais como psicólogos e profissionais da área da saúde, como médicos e enfermeiros. Estes também sofrem a ausência de uma equipe estável e com o mesmo déficit que dificulta a realização dos trabalhos e as resposta às demandas.

Notamos que no geral, a precarização das relações de trabalho, no que diz respeito à equipe técnica, é evidente. E temos como resultado a progressiva desvalorização e subordinação do exercício profissional à lógica da segurança e punição, o que impacta na autonomia profissional no interior desta instituição. Podemos dizer que se trata de trabalhadores que vivem sob um regime de subalternidade neste campo profissional.

Estarmos inseridos nesta instituição enquanto estagiários e manter um convívio diário com esta realidade nos despertou a necessidade de aprofundar

o debate sobre este tema. Com isso, nosso esforço é para apreendermos sobre a relação de inserção da profissão em um ambiente de instabilidade, onde os profissionais travam uma luta diária ao se encontrarem em situação de subalternidade, a partir do momento em que a segurança é prioritária em relação à área técnica, a qual se insere o Serviço Social. Para tanto contamos com a colaboração de uma vasta bibliografia de diversos autores que abordam o tema e os conceitos que este engloba.

Sobre a metodologia do presente estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos relacionados ao nosso objeto de estudo, principalmente sobre a ideologia e ofensiva neoliberal, O Estado Penal e o Estado Social, a realidade das penitenciárias e o cenário da atuação profissional. Realizamos coleta de dados e levantamento estatístico acerca da realidade penitenciária procedida de uma análise qualitativa embasada pelo nosso referencial teórico-crítico.

Para melhor desenvolvimento e compreensão do tema, estruturamos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos o contexto de expansão do neoliberalismo no Brasil a partir dos anos de 1990, com o governo de Fernando Collor de Mello, estendendo-se nos sucessivos governos até os dias atuais. Com isso compreenderemos algumas particularidades acerca da economia do país, como se dá o acesso às políticas sociais e o constante desmonte dos direitos, sobretudo os trabalhistas.

No segundo capítulo observaremos como esse contexto se interliga com a política de execução penal, considerando o contexto de “Estado Penal”, em detrimento de um “Estado Social”, que rebate diretamente sobre o constante

crescimento de pessoas privadas de liberdade, paralelo a um déficit no quadro técnico dos profissionais da SEAP, desvelaremos também qual o perfil predominante desta população encarcerada.

E por fim, no terceiro capítulo compreenderemos o caminho que os assistentes sociais percorreram até os dias atuais ao se inserirem no sistema penitenciário do Rio de Janeiro a partir de 1950. Para isso iremos abordar brevemente a história do Serviço Social enquanto profissão assalariada e inserida na divisão social e técnica do trabalho, que ao compor o quadro técnico da SEAP, convive sob a lógica da precarização e subalternidade diante da supervalorização da punição e da segurança.

Pretendemos com esta reflexão contribuir para o acréscimo de conhecimento sobre o debate do processo de precarização do trabalho como reflexo da expansão do neoliberalismo no Brasil.

1 - ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL

1.1 O capitalismo e suas crises econômicas

Para compreendermos o que constitui a lógica do sistema capitalista, é preciso considerar que “*é da natureza do capitalismo sofrer crises periódicas*” (TONET, 2009, p. 1). As crises são fenômenos presentes no processo de acumulação do capital.

Baseando-se em NETTO e BRAZ (2009) podemos afirmar que o ciclo econômico pode ser dividido em quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge. Portanto “*a crise é constitutiva do capitalismo*” (NETTO e BRAZ, p.157, 2009).

O objetivo do capital é o constante aumento da taxa de lucro, sendo assim “*quanto maiores forem os problemas relativos a essa taxa de lucro quanto mais prolongada a existência desses problemas, tanto mais intensa e duradoura será essa crise*” (TONET, 2009, p.1). Porém, na década de 70, a crise que o mundo sofre se diferencia das demais, a partir do momento que “*se trata de uma crise global*” (ibidem), ou seja, que atinge não só os países periféricos, mas também aos países centrais.

Segundo Guerra, se trata de “*uma crise econômico-social e de valores (...) nunca antes vivenciada e que repercute em todas as dimensões da sociedade*”. Ao acentuar-se, sofre com a “*crescente perda de dinheiro por parte dos capitalistas*” (GUERRA apud TONET, 2009, p.1). Isso leva a uma busca de mecanismos que possibilitem o aumento da taxa de lucro, que só poderia ser obtido por meio de “*uma enorme intensificação da exploração dos*

trabalhadores”. Esta intensificação acontece através da combinação do “*prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta)*” e com a “*introdução de novas tecnologias e novas relações de trabalho (mais-valia relativa)*” (TONET, 2009, p.1).

As consequências da introdução destes mecanismos e novas formas de relação no processo de trabalho na vida da classe trabalhadora são

a crescente diminuição do trabalho formal (...), o aumento do desemprego e, com isso, também o aumento do trabalho informal. Cresce também a precarização do trabalho, com a erosão de direitos trabalhistas adquiridos ao longo de muitas lutas. Agregue-se a isso o retorno de formas primitivas de trabalho, incluindo até formas escravistas (TONET, 2009, p.3).

Para Guerra, esta é “*uma crise de eficácia econômico-social da ordem do capital, ou seja, uma crise de superprodução e de consumo que exige uma reestruturação (ou restauração) do capitalismo como um todo*” (GUERRA, 2010, p.4), o que significa que além de incidir diretamente sobre as condições de trabalho, também incide sobre as demais dimensões da vida humana como, por exemplo, na “*política (...), educação (...) relações sociais, vida pessoal e familiar*” (TONET, 2009, p. 2).

Com esta proporção, o capital só consegue se reerguer passando por um processo de “restauração”, com isso originou-se o chamado processo de reestruturação produtiva e de ofensiva neoliberal.

1.2 O processo de reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal

No processo de reestruturação, o Estado cria mecanismos como forma de intervir nesta crise a fim de que não esteja em risco o ônus do capital. Tais medidas têm como objetivo “*ampliar mercado eliminando fronteiras entre os países, garantindo o movimento do capital em busca de sua autovalorização*”.

Esta representa uma *“tendência que se denomina globalização ou mundialização do capital”* (GUERRA, 2010, p.5), o que permite que a economia se movimente de forma ampla e ilimitada, alcançando a todos os países.

A ofensiva neoliberal se trata de uma refuncionalização da economia, que atribui ao Estado a função de intervir diretamente em determinadas áreas, dando crédito para estas áreas serem administradas por organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e organismos do chamado terceiro setor.

A ofensiva é também uma forma de ataque aos meios de organização da classe trabalhadora, e o que antes se caracterizava como a defesa de um “pleno-emprego” pelo pacto no Estado de Bem- Estar Social é substituído *“pela defesa de formas precárias de inserção no emprego”* (GUERRA, 2010, p.6), criando assim um excedente de trabalhadores desempregados.

Através deste fenômeno, se aprofunda a tendência *“a economia do trabalho vivo, que leva ao desemprego estrutural, que é a expressão mais desenvolvida da crise do capitalismo”* (GUERRA, 2010, p.6), e são várias as consequências disso para a classe trabalhadora, que sofre

com precárias formas de contratação”, desespecialização profissional, terceirização, informatização, trabalho informal, ampliação do terceiro setor e do voluntariado, flexibilização dos direitos sociais e desregulamentação (dos direitos e das profissões) (GUERRA, 2010, p.6).

É nesse novo ordenamento do processo de acumulação de capital e seus mecanismos de contenção da crise que podemos dizer, segundo Mota (1997), que surgem *“dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal e, conseqüentemente, sujeitos ao trabalho desprotegido”* (MOTA, 1997, p.55).

1.3 A ofensiva neoliberal e sua emergência no cenário brasileiro

Analisando o caso do Brasil, como um país periférico pode-se dizer que este não constituiu “*um Estado de Bem- Estar Social, de modo que os direitos sociais nunca tiveram efetividade*” (GUERRA, 1997, p.7). Aprofundando-se mais, é possível dizer que não passamos pela experiência de “pleno-emprego” que os países centrais tiveram. Porém, se analisarmos o marco da elaboração da Constituição de 1988, podemos dizer que este documento constituiu um “*arcabouço jurídico-político, para implementar, na sociedade brasileira, uma política social compatível com as exigências de justiça social, equidade e universalidade*” (NETTO, 1999, p.77), pois nela consagram-se não só os direitos políticos e civis já existentes, mas agora há a existência dos direitos sociais.

Porém, a “Reforma do Estado” que se originou a partir da década de 1990, foi “*inspirada e orientada pelos organismos internacionais representantes do grande capital*” que “*interdita os direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, abstrai do Estado as suas funções democráticas, refuncionalizando o Estado patrimonialista e corporativo*” (GUERRA, 2010, p.7). Isso fez com que esta reforma² seja realizada “pelo alto”, sem a participação das massas trabalhadoras, notando uma tendência antidemocrática do país.

Logo, podemos dizer que embora dispuséssemos de um mecanismo com a Constituição de 1988, este foi criado em um contexto internacional de

² Esta “Reforma” foi fruto de chamado Consenso de Washington, que tratou-se de uma reunião realizada em 1989 com organismos internacionais que propunha uma maior intervenção dos Estados em suas economias com participação do capital estrangeiro, que ditaria o formato de como seria o funcionamento da economia a partir daquele momento em um contexto de crise.

questionamento do Estado de Bem- Estar Social, onde se colocava em prática os mecanismos que possibilitassem a mundialização da economia, que se trata da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal.

É neste contexto que entra o governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente instituído por meio de voto direto após o término da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). Eleito no ano de 1989 governou entre 1990 e 1992 onde, após surgirem denúncias de um grande esquema de corrupção envolvendo ministros, deputados e até mesmo sua esposa, a primeira dama Rosane Collor, passou-se a realizar investigações, até que em 1992, a Câmara dos Deputados instaurou um processo de impeachment do presidente. Este processo também foi impulsionado por meio das manifestações populares nas ruas, onde a mais popular se nomeava “movimento dos caras-pintadas.” Com isso em 1992, Collor antes mesmo de ser condenado renunciou a presidência do Brasil, sendo imediatamente substituído por seu vice-presidente Itamar Franco.

Seu governo caracterizou-se por incentivar a abertura aos investimentos externos no Brasil mediante incentivos fiscais e privatização das empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, defendendo que as empresas estatais não eram produtivas, ao contrário, davam prejuízos por estarem supostamente endividadas, sendo um cenário propício à corrupção que sobrevivia somente devido aos subsídios governamentais. Consolidando assim um espaço favorável para a expansão e propagação das ideologias neoliberais no cenário brasileiro. Segundo Netto (1999), o governo Collor teria sido mais um caso de polícia do que de política,

devido a desorganização que causou no Estado e pela corrupção realizada de forma escancarada, que ocasionou seu impeachment.

Após Itamar Franco, entra em vigor o governo Fernando Henrique Cardoso, que *“rapidamente deu efetividade ao projeto do grande capital, e (...) garantiu-lhe precisamente a inviabilização do projeto social contido na Constituição de 1988”*, assumindo um discurso de *“modernização do país”*, de *“ingresso no Primeiro Mundo”* (NETTO, 1999, p.79).

Segundo Netto (1999:75), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) significou um governo de desastre para as massas trabalhadoras brasileiras. Em contradição com suas promessas de campanha, *“FHC, desde os seus primeiros dias no Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros”*.

FHC colaborou para a implantação do projeto político do grande capital, e deu corpo em seu governo ao chamado “Plano Real”, que era *“um instrumento de estabilização monetária”* cujo primeiro passo foi *“abertura do mercado brasileiro (de bens e serviços) ao capital internacional”* (NETTO, 1999, p.80). Este projeto de governo fez com que o principal alvo de ataque fosse os direitos sociais consagrados na Constituição de 1988. *“São estes direitos os que, diretamente, oneram o capital” (...), ora representados como “privilégios”, ora grosseiramente mistificados como “injustiças”, e, sobretudo postos como “financeiramente insustentáveis”, “foram objeto de mutilação, redução e supressão em todas as latitudes onde o grande capital impôs o ideário neoliberal”* (NETTO, 1999, p. 81), como é o caso brasileiro, através do governo FHC , até os atuais.

1.4 A nova configuração da política pública brasileira em um cenário neoliberal

A partir deste momento passamos a ter “o *tratamento negativo das políticas sociais, tal como compreendiam o arcabouço constitucional de 1988*” (NETTO, 1999, p.81). E estas cada vez mais passaram a ser, segundo Netto (1999), objeto de sabotagem, ou seja, objeto de corte ou redução de recursos alocados, e com manipulação das receitas para o uso de recursos para outras finalidades assim as cinco áreas das políticas mais afetadas pela redução dos investimentos foram: educação, saúde, trabalho, assistência e previdência.

Assim o

desmonte dos sistemas de proteção social (...) é a expressão do processo de regressão posta no novo padrão de intervenção da questão social (...) que transforma direitos em privilégios, realizada pelo Terceiro Setor, executada pelas organizações não governamentais através de ações voluntárias que apelam para iniciativas morais de ajuda aos necessitados (GUERRA, 2010, p.10)

A “questão social”³ e suas expressões se tornam objeto de intervenção através da mística da solidariedade, retirando a responsabilidade do Estado, e criando

um processo de despolitização do padrão de proteção social, a prestação de serviços de maneira assistemática, assistencialista e como prática de favor mesclada por uma política de repasse das responsabilidades estatais para a sociedade civil (GUERRA, 2010, p. 11).

³ Optamos por usar o termo “questão social” entre aspas baseado em Netto, no seu Apêndice à terceira edição: Cinco Notas a respeito da “questão social”, in: Capitalismo Monopolista e Serviço Social, 2011. Nessas notas, Netto elucida que a expressão “questão social” surge no século XIX sendo usada para caracterizar o processo de pauperização que ascendia como nunca antes. Segundo o autor, o termo acabou sendo empregado por uma perspectiva burguesa e conservadora, mistificando o processo político-econômico de seu causador. Assim, o pensamento crítico e revolucionário passou a identificar isso e optou-se por empregar o termo entre aspas visando indicar esse traço mistificador.

Com base no que foi exposto até o momento, podemos afirmar que a chamada “Reforma do Estado”, implementada no Brasil a partir de 1990 foi totalmente antidemocrática, uma vez que as reformas foram feitas pelo alto, isso é, sem a participação da população. Como demonstra GUERRA,

”[...] a modalidade de reforma do Estado que aqui implanta, inspirada e orientada pelos organismos internacionais representantes do grande capital, interdita os direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, abstrai do Estado as suas funções democráticas, refuncionalizando o Estado patrimonialista e corporativo”. (2010, p. 7)

Assim, essa ofensiva neoliberal configurada na realidade brasileira a partir da década de 1990, reconfigura a noção de política social assegurada na Constituição de 1988 de direito social universal, a uma noção dessa mesma política como uma concessão do Estado e da sociedade, levando a um sacro retrocesso na conquista de direitos da classe trabalhadora.

2 - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL

Como demonstrado até o momento, a ideologia neoliberal visa reconfigurar a intervenção estatal nas expressões da “questão social”. Passa-se a gastar o mínimo possível com as necessidades sociais, o que leva muitos teóricos a chamarem, e apropriadamente, de “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”. Esse ideal neoliberal defende e implementa a ideia de que

[...] o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E, para complementar, imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal. Em resumo, é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir. (LAURELL, 2002, p. 162)

Sob esse cenário, as políticas sociais são vistas como algo excessivamente caro e como um desperdício, pois não alcançaria os pobres e iria reduzir investimentos. Sob essa ideologia, o bem-estar social deve vir através do âmbito privado, tendo como fontes “naturais” a família, comunidade e serviços privados. Dessa maneira, segundo o ideário neoliberal, a intervenção do Estado deve ser mínima, como complementar ao âmbito privado e ao mercado. Ainda segundo esse ideário, tal intervenção deve se dar somente para “aliviar a pobreza” através de medidas minimalistas, visto que os serviços oferecidos no âmbito do setor privado não podem ser acessados pela grande maioria.

Essas medidas minimalistas implementadas pelo Estado são, em seu caráter, meramente ações governamentais de cunho assistencialistas e filantrópicas, não assumindo nenhum caráter de direito. São programas públicos criados com esse objetivo e que podem ser consideradas como medidas rasas e focais, pois uma parcela mínima da população irá ter acesso à tais. Isso porque para ter acesso a esses programas, faz-se necessário a comprovação da condição de indigência. *“Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais”* (LAURELL, 2002, p. 163).

Como demonstra Freire,

A premissa dessas políticas define a questão social de modo reducionista como pobreza, que é entendida como ausência de dotes (escolaridade, cuidados com a própria saúde e capacidade para administrar renda) que, uma vez adquiridos, permitem superá-la. Essa forma de enfrentamento da pobreza assistencializa a situação e criminaliza a parcela da população pobre que não terá acesso a essas políticas. (FREIRE, 2012, p. 24).

2.1 Estado Penal e criminalização da pobreza

A partir desse contexto de desmonte de acesso ao direito, a “questão social” e suas várias expressões, passam a ter no cenário neoliberal, um tratamento como caso de polícia e não de política. A pobreza é vista como “vadiagem”, e não como um problema estrutural do capitalismo, uma vez que ela passa a ser naturalizada pela sociedade e legitimada pelo discurso neoliberal. A abordagem da “questão social” é feita de forma despolitizada, pois não se a reconhece como sendo uma expressão das relações de classe, desqualificando-a assim como uma questão de intervenção pública, política e

nacional, deslocando totalmente a pobreza do debate político. Esse processo implica na destituição de direitos trabalhistas e sociais e sucateamento dos serviços públicos.

A nova forma de “enfrentamento” da “questão social” e suas expressões baseia-se na filantropia, no dever moral de assistir os pobres, ações humanitárias, etc. Todavia, tais ações não devem se configurar em direitos ou políticas públicas e sim pautados em programas residuais e orientados pela perspectiva privatizadora.

Nesse sentido, o mercado passa a funcionar como regulador, ao passo que o Estado se ausenta de tal responsabilidade, *“porque é justamente a regulação entre a ação do mercado e as necessidades de cidadania, provida essa regulação pelo Estado, que define qual é a arena política, da disputa de recursos”*. (FREIRE, 2012, p. 26). Assim, podemos afirmar que o

[...] deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação (neo) liberal, em uma nítida regressão da cidadania, que tende a ser reduzida às dimensões civil e política, erodindo a cidadania social (IAMAMOTO, 2009, p. 75)

Diante do exposto, vemos que o debate acerca da “questão social” e a ação governamental continuarão pautados em ações de “alternativas pobres para os pobres”, sem que realmente mexa na estrutura do agente causador da pobreza, uma vez que a lógica do capitalismo é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Sendo assim, o Estado como um organismo executor do capital, não irá intervir nessa estrutura. Embora seja função do

Estado interceder nas expressões da “questão social”, através da gestão de políticas públicas, este delega grande parte dessa atuação à sociedade civil. Como demonstra Freire (2012), nosso país continuará, assim, longe da cidadania e distante da democracia.

Baseando-se no que observamos até o momento, podemos afirmar que as estratégias do Estado são minimalistas, uma vez que ele redireciona o investimento destas políticas de enfrentamento da pobreza e outras mazelas para a política repressiva de segurança pública, delegando tais atribuições ao mercado e à sociedade civil, representada por ONGs (Organização Não Governamentais), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil para interesses Públicos) e OSs (Organizações Sociais). O objetivo principal é desresponsabilizar o Estado desse seu papel e transformar os direitos em privilégios, com um grande apelo para as iniciativas morais de ajuda aos necessitados. Como demonstra Vianna, tais estratégias

[...] convergem para reforçar tendências como a de desresponsabilizar o Estado pela manutenção da ordem republicana e de delegar tarefas de combate à exclusão ao mercado ou à própria sociedade. Combinadas, elas conferem estatuto de verdade absoluta à noção discutível de que é possível incluir segmentos social e economicamente marginalizados via programas pontuais de alívio à pobreza e fomento à autopromoção — importantes, sem dúvida, mas inócuos na ausência de projetos de desenvolvimento que gerem empregos dignos e que possam alterar as estruturas que reproduzem as desigualdades. Articuladas, por fim, ajudam a disseminar a ilusão de que a disponibilidade de capital social, linhas de microcrédito e rotas de empoderamento configuram versão popular do acesso ao capital propriamente dito e do ingresso nos círculos dos poderosos — por definição inexecutáveis para os pobres —, e que, como esses, oferecem oportunidades de mobilidade social. (VIANNA, 2007)

Em detrimento dessa contração do Estado Social, evidencia-se a emergência do Estado Penal, esse último ganhando destaque e espaço ainda

maior no contexto da crise do capital, mais especificamente a partir da década de 1980. Como já ressaltado, toda essa estratégia de enfrentamento da pobreza visando a desvinculação do Estado para com essa responsabilidade, se deve também ao fato da necessidade de retomada do lucro pelo capital. Portanto, diante desse cenário e

Em razão da formação sócio-histórica, associada aos novos contornos da crise de acumulação do capital, a criminalização dos pobres e da pobreza no Brasil cai como uma luva, tendo em vista o não reconhecimento histórico da cidadania às camadas pobres. No contexto da crise do capital, tal perspectiva se repõe em bases ainda mais perversas com a agudização da questão social. (BRISOLA, 2012, p. 136)

Vemos no Brasil que apesar dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e de toda a legislação complementar posterior, podemos afirmar que o encarceramento é um verdadeiro “estoque de pobres” que serve à regulação da miséria, armazenando os excluídos do mercado com o objetivo de evitar a inquietação da população nos centros urbanos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Isso somado ao descaso no que se refere às ações voltadas para a reintegração social desses indivíduos, que é praticamente nula. Atesta-se então a dualização da realidade brasileira e o processo de desmantelamento dos direitos até então conquistados.

Evidenciamos isso ao analisarmos o documento do Tribunal de Contas da União, *Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República – Exercício de 2001* – (Brasília, 2002). Nele podemos examinar mais a fundo como é realizada a gestão do Fundo Nacional Penitenciário. Durante esse ano de exercício, foram gastos R\$ 237, 6 milhões com construções,

reformas e ampliações das instituições prisionais. Nota-se a discrepância ao observarmos os investimentos no que se refere à assistência e profissionalização dos presos, que custou somente R\$ 5,6 milhões e no que se refere aos investimentos na contratação de trabalhadores para a ressocialização dos presos, oscila entre 6 a 13% dos gastos totais nos vários estados brasileiros, com exceção do Estado de Santa Catarina. Portanto, é visivelmente notável que a grande maioria dos recursos na área penitenciária são voltados para a contenção e segurança, apenas.

Diante disso, cabe analisarmos mais profundamente como se configura essa falta de investimento na área social no que se refere à realidade da população carcerária e os técnicos profissionais da área.

2.2 Pessoas no cárcere: A realidade do sistema penal brasileiro

Com o que já apresentamos, podemos afirmar que o advento do ideal neoliberal e da reestruturação produtiva, incidiu diretamente sobre o mundo do trabalho, porém não de maneira positiva, pois

notamos que há intensificação da inerente exclusão no campo do trabalho, por meio de: desregulamentação, flexibilização, informalização, sem falar no próprio desemprego ou sua constante ameaça e suas formas precarizadas. (FORTI, 2012, p.83)

Diante da falta de investimento na área social e devido à ausência de políticas sociais e a grande dificuldade de acesso às poucas ofertadas, a população menos favorecida, destituída de direitos e excluída do mercado de trabalho, recorre a mecanismos para meios de sobrevivência, pois existe “a piora das condições de existência e da qualidade de vida e, por conseguinte, também da violência” (FORTI, 2012, p.83).

Não defendemos que pobreza e crime estejam relacionados diretamente a ponto de considerarmos como único eixo norteador o primeiro em relação ao segundo, porém, concordamos que

na medida em que as populações não tenham condições de subsistência, procurarão de algum modo uma alternativa. E se não há trabalho, ou melhor - trabalho há- se não há emprego (e decente), as pessoas vão fazer o que é possível em prol de estratégias de sobrevivência, entre elas os trabalhos e/ou empregos informais, mas também as atividades ilícitas (FORTI, 2012, p.84).

A resposta do Estado diante disso, não é com a implementação de políticas, não é com a abertura de oportunidades de qualificação e vagas de emprego, mas com a repressão. Por isso podemos observar que os aparatos de segurança levam mais investimentos do que o lado social.

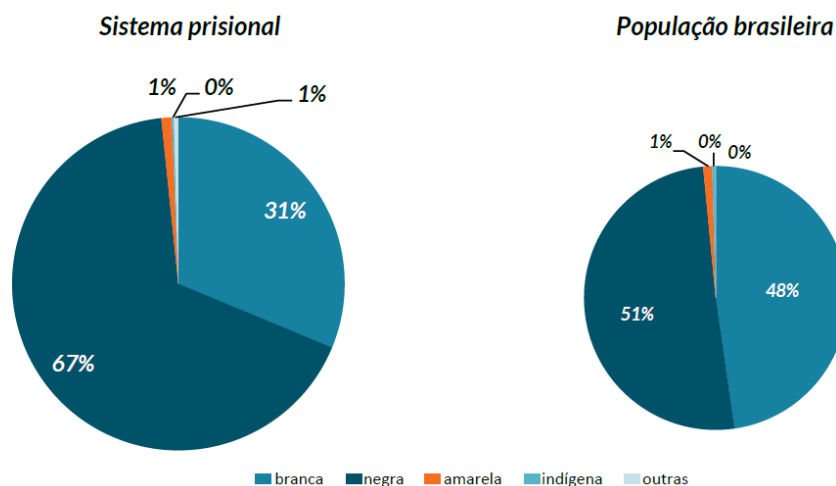
2.2.1 O perfil da população carcerária brasileira

Temos o aumento de aprisionamento, porém o que podemos observar é que não se trata de qualquer forma de aprisionamento, mas principalmente da população mais empobrecida, com baixo nível de escolaridade, em sua maioria negra, do sexo masculino, que reside em periferias urbanas, advindas de famílias de baixa renda, ou até mesmo sem nenhuma renda.

Nosso embasamento se dá, sobretudo, através de dados seguros de um relatório elaborado em 23 de Junho de 2015, pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) junto ao Ministério da Justiça. Trata-se do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) – Junho de 2014*, no qual sintetiza os dados dos estabelecimentos penais dos estados brasileiros, tendo como objetivo contribuir para um diagnóstico da situação prisional do país.

O gráfico a seguir, nos traz a informação com relação a raça, cor ou etnia encontrada no interior dos cárceres brasileiros atualmente.

Figura 36. Raça, cor ou etnia³⁹



Fonte: Infopen, junho/2014 e IBGE (2010)

GRÁFICO 1: Perfil da população carcerária segundo raça, cor ou etnia

Podemos observar que temos no Brasil em maior quantitativo 51% da população negra, ou seja, mais da metade da população brasileira é formada por negros. Porém, aprisionado, temos como maior contingente também população negra, e em um quantitativo de 67%, seguida de 31% da população branca. Então isso confirma que dos aprisionados, a grande maioria são negros.

No próximo gráfico podemos observar o nível de escolaridade da população carcerária.

Figura 42. Escolaridade da população prisional

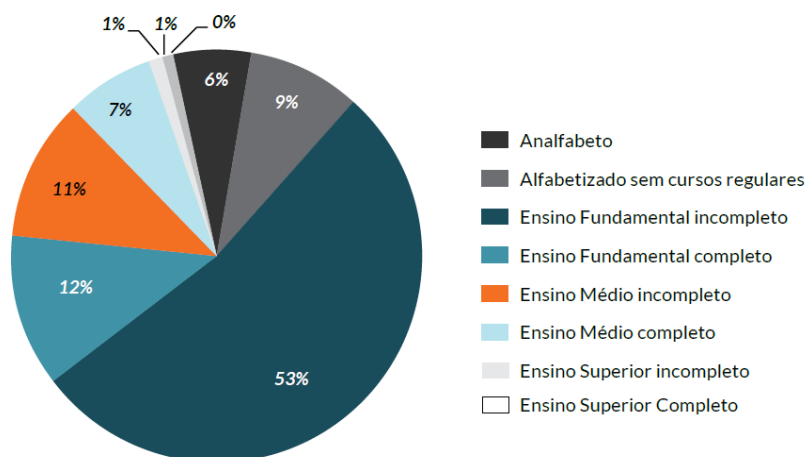
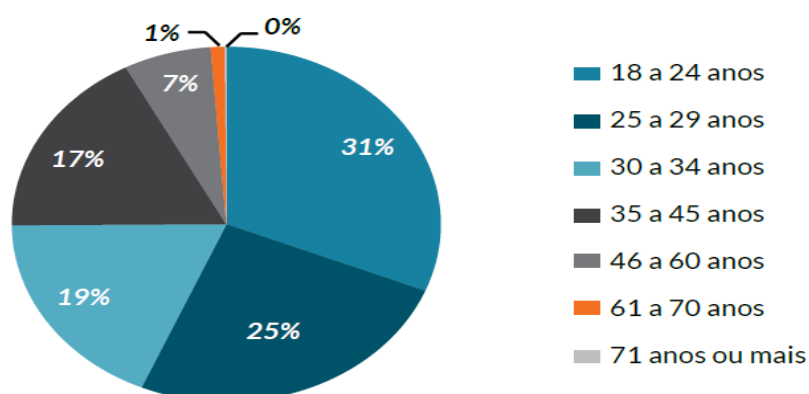


GRÁFICO 2: Perfil da população carcerária segundo nível de escolaridade

Imediatamente podemos dizer que se trata de uma população que não obteve o acesso e/ou as condições necessárias no que se refere ao ensino, pois mais da metade, ou seja, 53% dos encarcerados possuem o nível fundamental incompleto.

E por fim, no último gráfico observamos a faixa etária desta população.

Figura 34. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade



Fonte: Infopen, junho/2014

GRÁFICO 3: Perfil da população carcerária segundo faixa etária

Vemos que, em sua maioria, são pessoas com idades entre 18 a 24 anos, totalizando 31%, e seguido da faixa entre 25- 29 anos, sendo 25 %.

Os presentes dados só corroboram para afirmar o perfil dos aprisionados, coforme supracitado, que em sua maioria trata-se de pessoas jovens, negras, com baixo nível de escolaridade e que geralmente são advindas de famílias empobrecidas que residem em periferias urbanas, que são destituídas de acesso universal aos direitos mesmo em liberdade, e que ao se encontrarem em privação de liberdade estão diretamente ligadas à provável exclusão destes, por se encontrarem em regime de vulnerabilidade e subalternidade à lógica da segurança.

Portanto fica elucidado que há o crescimento do número de pessoas no cárcere, sobretudo a partir do momento em que as manifestações da questão social não são tratadas com criação de acesso às políticas públicas, com direção a um Estado voltado ao social, mas como forma de contenção da classe pobre, de manutenção da ordem, um Estado que reprime e que pune e, conseqüentemente, encarcera cada vez mais.

Assim, podemos constatar que apesar de os dados mostrarem que o perfil majoritário dos presos no Brasil são jovens, maioria negros e pobres. Porém, como já elucidado, não defendemos que exista uma relação direta entre crime e pobreza. A pobreza tende a gerar alguns tipos crimes, mas não o crime em si.

Os delitos cometidos pela classe empobrecida são geralmente fáceis de investigar e provar, o que faz com que esse perfil se torne evidente. A triagem

de tais crimes se dá na esfera policial, mais diretamente no trato com a classe empobrecida. Assim, os chamados crimes do colarinho branco, cometidos por classe social mais elevada financeiramente, crimes mais orquestrados (como corrupção, estelionato, entre outros) são muito pouco sentenciados. Assim, temos esse perfil mencionado pelos dados, porém não sendo um retrato fiel da realidade.

2.2.2 Dados sobre a realidade prisional brasileira

O mesmo relatório do DEPEN, nos mostra que o Brasil é o quarto país do mundo com a maior população prisional, com 607.731 pessoas privadas de liberdade, ficando atrás somente dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Sendo o país com maior número de população carcerária da América Latina. O quadro a seguir nos traz esta realidade.

Figura 1. Informações prisionais dos vinte países com maior população prisional do mundo

País	População prisional	Taxa da população prisional para cada 100.000 habitantes	Taxa de ocupação	Taxa de presos sem condenação
Estados Unidos	2.228.424	698	102,70%	20,40%
China	1.657.812	119	-	-
Rússia	673.818	468	94,20%	17,90%
Brasil	607.731	300	151,00%	41,00%
Índia	411.992	33	118,40%	67,60%
Tailândia	308.093	457	133,90%	20,60%
México	255.638	214	125,80%	42,00%
Irã	225.624	290	151,20%	25,10%
Indonésia	167.163	66	53,00%	31,90%
Turquia	165.033	212	101,20%	13,90%
África do Sul	157.824	290	127,70%	26,00%
Vietnã	142.636	154	-	12,80%
Colômbia	116.760	237	149,90%	35,20%
Filipinas	110.925	113	316,00%	63,10%
Etiópia	93.044	111	-	14,00%
Reino Unido	85.704	149	111,60%	14,40%
Polônia	78.139	203	90,20%	7,70%
Paquistão	74.944	41	177,40%	66,20%
Marrocos	72.816	221	157,80%	46,20%
Peru	71.913	232	223,00%	49,80%

QUADRO 1: Dados sobre a população carcerária mundial

O Brasil está em quarto lugar, porém possui um número exorbitante no que se refere ao déficit de vagas, isso resulta na superlotação dos presídios, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 1. Pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2014⁴

Brasil - 2014	
População prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358
Vagas	376.669
Déficit de vagas	231.062
Taxa de ocupação	161%
Taxa de aprisionamento	299,7

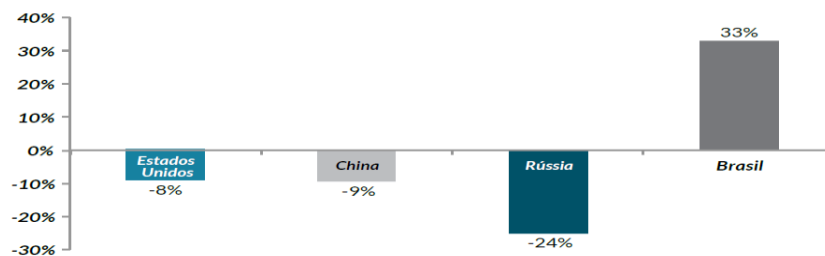
Fonte: Infopen, jun/2014; Senasp, dez/2013; IBGE, 2014

TABELA 1: Realidade da ocupação do sistema prisional brasileiro

Ao analisarmos o gráfico a seguir, podemos afirmar que com o passar dos anos, mesmo ainda encontrando-se nesta posição do ranking, o Brasil é o único desses países que teve uma ascensão quanto ao número de aprisionamento, enquanto os demais países que antecedem ao Brasil obtiveram um declínio.

Figura 3. Variação da taxa de aprisionamento entre 2008 e 2014 nos 4 países com maior população prisional do mundo

42



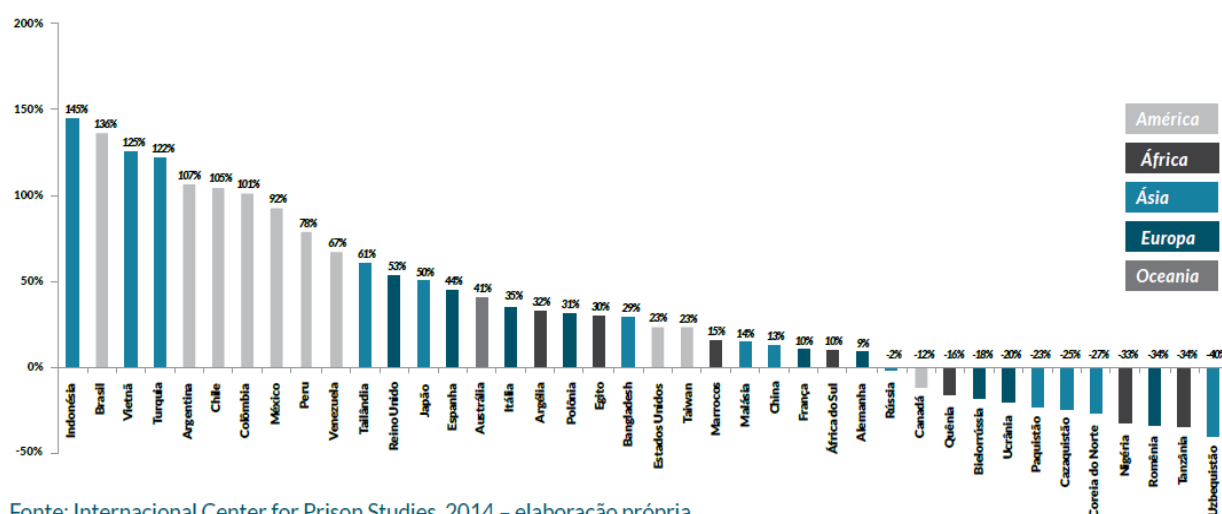
* Comparação entre 2008 e 2013 (último dado disponível)

Fonte: elaboração própria, com dados do ICPS

GRÁFICO 4: Variação das taxas de aprisionamento entre 2008 à 2013 - último dado disponível

No gráfico 5, podemos observar a taxa de aprisionamento, onde o Brasil ocupa a segunda posição no ranking, com um crescimento de 136%, ficando atrás somente da Indonésia com 145%. Ou seja, o Brasil ocupa o lugar de segundo país no mundo que mais prende. Porém, se retornarmos ao quadro 1, podemos notar um dado importante: a Indonésia, primeiro país que mais prende, possui uma taxa de aprisionamento de 66 presos para cada 100 mil habitantes, e uma população prisional de 167.163 pessoas, taxas essas, muito inferiores se comparadas à realidade brasileira, em que o Brasil possui uma taxa de 300 para cada 100 mil habitantes e uma população de 607. 731 mil presos.

Figura 2. Variação da taxa de aprisionamento entre os anos de 1995 a 2010¹¹

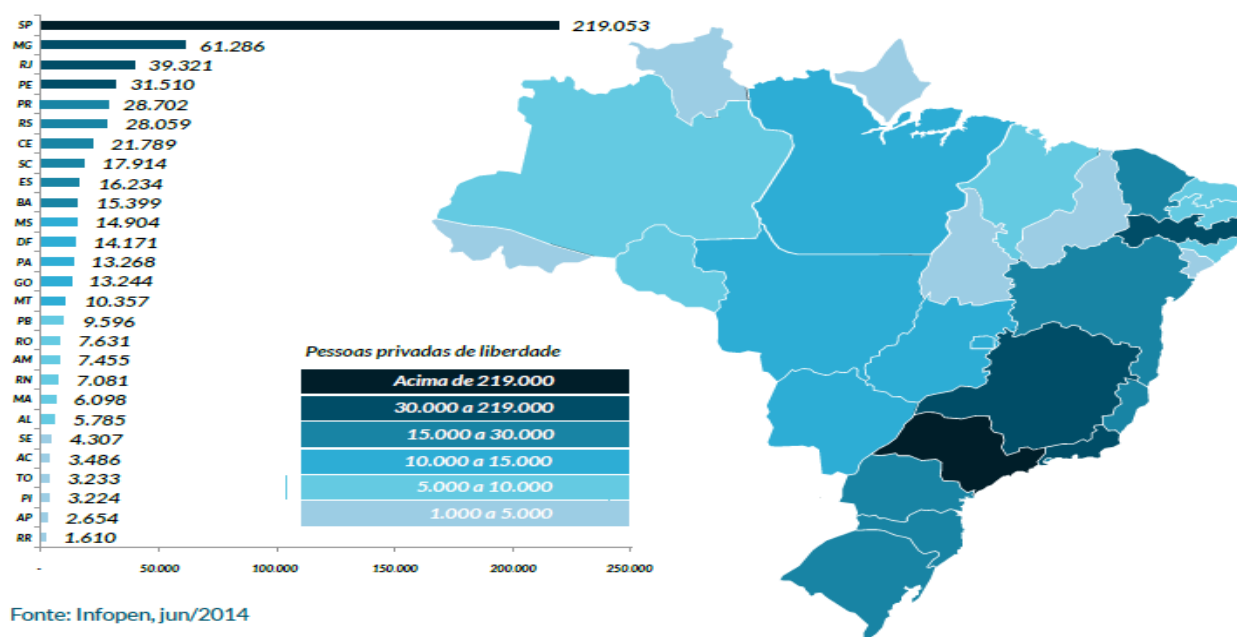


Fonte: Internacional Center for Prison Studies, 2014 – elaboração própria.

GRÁFICO 5: Ranking mundial em taxas de aprisionamento

Em relação às taxas de aprisionamentos estaduais, o Rio de Janeiro ocupa o terceiro lugar no ranking de estados com maior índice prisional. Segundo dados deste mesmo documento do INFOPEN, a população carcerária no Rio, no ano de 2014, apresentava um contingente de 39.321 pessoas, conforme observamos na próxima figura.

Figura 6. População prisional no Brasil por Unidade da Federação



Fonte: Infopen, jun/2014

FIGURA 1: Contingentes de população carcerária nos estados brasileiros

Ao observarmos esta realidade, o debate é que embora o Brasil seja um país que está ocupando o quarto lugar em número de presos no mundo, se mantiver a lógica da repressão, e não criar medidas que colaborem para a queda da taxa de aprisionamento, não tardará a ocupar o primeiro lugar. Pois com o passar do tempo, os países que o antecedem nesta lista, tem diminuído o número de pessoas no cárcere, enquanto mantemos o ritmo de crescimento acelerado. E não podemos chegar a um futuro onde tenhamos mais brasileiros presos, do que livres.

Nada mais cabível do que a política brasileira ser repensada sob a ótica do acesso universal ao direito e ao trabalho. Porém, enquanto mantivermos a lógica neoliberal da regulação mercantil direcionando-nos, o direito continuará sendo encarado como benesse, as políticas sociais continuarão sofrendo com a omissão do poder público, a população continuará vivendo sob a ótica do capital, que tem por objetivo final, único e exclusivo, o lucro.

Quem se opor a esta ordem, continuará sofrendo as consequências da repressão e punição deste Estado.

2.3 A prisão na realidade de um Brasil neoliberal: Ressocializar é possível?

O contexto histórico neoliberal e o reflexo desta estrutura na economia brasileira com o desmonte dos direitos, sobretudo trabalhistas, nos leva a compreensão dos fatores que levam o Brasil a índices tão alarmantes de população carcerária e qual o perfil dessa população no interior destas instituições.

Embora estejamos abordando o contexto atual, entre 2014/2015, a situação prisional do Brasil, vem apresentando crescimento por um longo espaço de tempo.

A prova disso é que Fraga (2002: 25) nos traz uma análise sobre esses dados observados no Censo Penitenciário do ano de 1997. A partir dessa análise, vemos que aproximadamente 18 anos após, os números não diminuíram, ao contrário, tiveram um aumento significativo.

Embora seja complexa uma análise estrutural sobre a temática do aprisionamento, um estudo aprofundado dessas características excede as

possibilidades do presente trabalho de conclusão de curso. Porém para alcançarmos nosso objetivo, que é a compreensão do processo de precarização do trabalho na SEAP/RJ, devemos ter um olhar atencioso sobre esses índices, afinal, é com essa realidade que os profissionais lidam diariamente.

Segundo Fraga, 170.207 pessoas cumpriam pena em regime fechado nas prisões brasileiras, em 1997. Conforme já citado, dados de 2014 mostram que este número já chega a 607.731 pessoas em situação de aprisionamento.

A amplitude desses números revela uma prática disseminada, em muitos casos, de não encaminhar as instâncias da justiça pessoas suspeitas de cometerem crimes e infrações, ficando o destino dessas vidas à mercê da apreciação de policiais e justiceiros. (FRAGA, 2002, p.25)

Isso não só explica o porquê de haver altos índices na taxa de homicídios neste país, tal como a prática de se “fazer justiça com as próprias mãos”, mas também conseguimos compreender o “perfil da pessoa presa”. Para assimilarmos melhor o constante aumento desses índices, é preciso entender

a dimensão e a natureza da população carcerária no contexto de uma série de ações e comportamentos das instituições de contenção e repressão em relação à criminalidade. (FRAGA, 2002, p.26).

Quando o indivíduo se integra ao cárcere, ele se relaciona a uma situação de isolamento e submissão, então ele passa a ser “uma presa fácil” para as violações de seus direitos e de sua integridade física. No que se refere às instituições privativas de liberdade,

a sociedade constrói uma complexa e contraditória expectativa em relação a elas, pois espera-se a punição e a “reeducação” do infrator com a simultânea proteção, ou seja, ações paradoxalmente, de natureza punitiva, pedagógicas e protetora. (SÁ *apud* FRAGA, 2002, p.26)

Porém nestas instituições a finalidade é a punição por meio da privação, tornando-se algo utópico, que a prática da proteção e da “reeducação” seja atendida e concebida como prioridades. Ainda sobre essa questão, Fraga nos faz refletir se o aumento do encarceramento representa necessariamente um incremento real da comunidade. Pois como ele mesmo ressalta, os crimes de corrupção cometidos por muitas autoridades governamentais são praticados deliberadamente, porém quase nunca punidos. Assim, sob essa perspectiva, é possível afirmar que

[...] o aumento do encarceramento representa, mais significativamente, a ampliação da repressão policial do que, propriamente, um incremento real da criminalidade (FRAGA, 2002, p.27).

Nota-se então um padrão adotado como critério para o aprisionamento. A penalização serve como um recurso de controle social, sendo uma política de contenção da população empobrecida e sobrando do mercado de trabalho. Essa política penal

[...] articula-se com um conjunto de ações repressivas em instituições penitenciárias e policiais, no sentido de conter as desordens geradas pelo desemprego massivo, a precarização do trabalho assalariado e a compreensão das políticas sociais. O uso de um Estado penal para suprir a ausência de um Estado Social (FRAGA, 2002, p.28).

No Brasil o que se evidencia é que com a ausência deste Estado Social e o uso deste Estado Penal com seus aparatos repressivos, a taxa de aprisionamento é alta, e já não há mais espaço nas penitenciárias para alocar esta população. Não se trata apenas de prender os que cometeram delito, mas de haver muitos presos que nem ainda foram sentenciados e que “ocupam espaços” por longo prazo, à espera da decisão judicial.

Uma alternativa seriam os programas de penas alternativas para delitos de pequena gravidade⁴. Estes seriam sentenciados de maneira mais ágil e os apenados não necessitariam ocupar celas e restituíriam a própria comunidade os danos que causaram.

Outro motivo da superlotação das penitenciárias é a reincidência. São inúmeros casos de pessoas que passam pelo cárcere e retornam.

a reincidência criminal não decorre de atributos pessoais, sociais ou jurídico-penais, mas da forma como determinados indivíduos enfrentam os conflitos e as tensões no interior das instituições. Alguns se sujeitam e acreditam na eficácia da ação judiciária como “reabilitadora”, negando o passado e de crimes em favor da recuperação, outros, mais resistentes, tendem a repetir o percurso crime-encarceramento-liberdade-crime. (ADORNO *apud* FRAGA, 2002, p.29)

Seguindo a linha de Fraga (2002), acreditamos que a redução dos índices de criminalidade da sociedade brasileira está ligada diretamente à melhoria do sistema jurídico-penal. Medidas como, por exemplo,

o aumento das penas alternativas para crimes não violentos, a melhoria do sistema socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei, oportunidade de trabalho e renda para os presidiários com remuneração justa e diminuição da pena, prestação de assistência jurídica e de saúde de melhor qualidade, entre outras medidas que precisam ser implantadas. (FRAGA, 2002, p.30)

Sem falar nos inúmeros problemas que existem fora dos muros dos presídios, produzidos por esta própria sociedade sob a perspectiva de lucro ao qual está relacionado à realidade posta.

E no interior das penitenciárias, casas de custódia, cadeias públicas, instituições de regime semiaberto, e demais espaços de privação de liberdade quem lida diretamente com esta população e desempenha um papel

4 FRAGA, 2002 , enumera exemplos de Programas que surtiram efeitos positivos, como no caso do Rio Grande Sul, em que há um Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, porém segundo o autor, há muito o que ser vencido no Brasil, para se alcançar apoio e esta realidade alcance todo o país.

direcionado ao acesso aos direitos humanos, são os profissionais do Serviço Social. Desvelaremos sobre esse importante trabalho desempenhado pelos assistentes sociais no interior dessas instituições que, porém vem sofrendo enquanto classe trabalhadora colocada à condição de subalternidade sob a lógica prioritária da segurança.

3 - O SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL DO RIO DE JANEIRO

3.1 - O Serviço Social como profissão: uma breve contextualização

Primeiramente, cabe-nos uma breve contextualização do Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. A profissão surge não só como parte do projeto da classe dominante, mas também é fruto de luta da classe trabalhadora. Em resposta dos questionamentos e inquietações desta classe, a classe dominante programa reformas dentro da ordem vigente, visando “integrar” a classe trabalhadora nos limites impostos pelos monopólios, quando o Estado passa a assumir oficialmente um enfrentamento das manifestações da “questão social”. Pois o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais derivadas desse mesmo processo geram um processo de novas questões e impasses, passando assim a exigir um profissional qualificado para lidar com essas necessidades. Como demonstra Iamamoto,

o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO, 2011, p. 83, grifos do autor)

O surgimento do Serviço Social então deve ser analisado, a partir de uma relação contraditória: a profissão emerge tanto como resposta da classe dominante, sendo um projeto para a reprodução e manutenção da ordem vigente, quanto como demanda de luta da classe trabalhadora por

reconhecimento e legitimidade. Assim, o Serviço Social tem como principal meio de seu exercício profissional as políticas sociais, que são tanto resultado das estratégias do capital para a intervenção na “questão social”, quanto elemento funcional e estratégico para a ordem vigente, assim como é resultado – também – das reivindicações da classe trabalhadora organizada. Como nos mostra Forti,

[...] diante dos interesses burgueses e da consequente necessidade de legitimação do Estado burguês e em face das “novas” configurações dos conflitos de classe suscitados pela “nova” ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários, a(s) política(s) social(ais) torna-se resposta necessária e adequada ao intuito de administrar a ordem social; ou, em outros termos, mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que possam pôr em xeque a ordem societária estabelecida – os antagonismos advindos da relação entre o capital e o trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social”. Podemos dizer ainda, sem perder de vista a sua determinação na luta de classes, assentando-nos no pensamento de Netto (2001): um mecanismo hábil frente à perspectiva de refuncionalizar certos interesses da classe trabalhadora em prol da ordem monopólica, efetivando, inclusive, a imagem do Estado “social”, mediador dos interesses conflitantes. (FORTI, 2013, p.94)

Na particularidade brasileira, a profissão ganha seu espaço no mercado de trabalho na perspectiva dos interesses do capital e da Igreja Católica. Veremos que essa relação foi base consolidadora do Serviço Social enquanto profissão no Estado brasileiro. Como nos mostra Yazbek,

as particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2009, p. 7).

Isso porque, a partir dos anos 30, o Estado brasileiro passa a criar algumas medidas para o enfrentamento das tensões existentes entre as classes sociais, tensões essas que estavam cada vez mais em evidência, haja vista o desenvolvimento e configuração do capitalismo monopolista em nosso país nessa época (Yazbek, 2009). Dentre essas medidas, tivemos a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas. Esse decreto foi um marco para os direitos trabalhistas no Brasil, pois através dele, decorreram outros direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo do tempo. Entre eles, o direito de greve, o repouso semanal remunerado, direito de férias, entre outros até então inexistentes. Houve também nesse período a conquista do salário mínimo, entre outras medidas que devemos enfatizar que foram conquistas para a classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo, medidas de cunho controlador e paternalista da parte do Estado. Dessa maneira, a “questão social” passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro como caso de política, sendo alvo de medidas controladoras visando à desmobilização da classe trabalhadora, e buscando minimizar as tensões entre classes que emergia no cenário político.

É nesse contexto que o Serviço Social brasileiro passa a acumular seu referencial e objetivo profissional, mais especificamente a partir dos anos 1940, onde passa a conversar com o Serviço Social norte-americano e bebendo de sua fonte no que se refere ao seu referencial, apropriando-se do caráter conservador da teoria social positivista. Dessa maneira, podemos

[...] assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um

conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento. [...] É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social” (YAZBEK, 2009, p.8).

Essa perspectiva moralista e disciplinadora fez parte do arcabouço profissional durante muito tempo. Isso fica evidenciado nos primeiros códigos de ética da profissão, onde fica caracterizada a influência católica, a perspectiva positivista e no máximo um anticapitalismo romântico. Podemos afirmar que

[...] o Serviço Social, com um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capital monopolista. Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribuiu para obscurecer para os assistentes sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

Ao longo de sua trajetória, a profissão acumulou um expressivo conhecimento acerca das políticas sociais no que se refere à sua concepção, formulação, planejamento e execução (GUERRA, 2010). A partir da década de 1960, surge um movimento crítico na profissão conhecido como Movimento de

Reconceituação Latino- Americano do Serviço Social⁵, no qual trouxe à tona os questionamentos necessários a respeito da sociedade capitalista, o Estado e o próprio fazer profissional (FORTI, 2013). Decorrente desse processo, a partir da década de 1980 a profissão adquire legitimidade social e profissional, com a concepção de seu novo e atual Código de Ética Profissional. Esse código, implementado em 1993, opõe-se com todas as perspectivas conservadoras, expressas nos códigos anteriores, se tornando um marco teórico, que passa a nortear o exercício profissional. Conforme Forti deixa claro que

o Código de Ética vigente representa, a nosso ver, de maneira destacada, uma vez que orientação para a ação profissional, a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas do seu percurso histórico – o Projeto Ético-Político hegemônico. Nele pode-se observar claramente uma perspectiva crítica à ordem econômico-social estabelecida e a defesa dos direitos dos trabalhadores (FORTI, 2013, p. 108).

O que possibilita estreitar relações com outras áreas profissionais e com a própria população usuária dos serviços prestados pela profissão. A partir de então, o Serviço Social passa a assumir um caráter de luta contra a hegemonia do capital.

Conforme tratamos no primeiro capítulo, a partir dos anos de 1990, com a ofensiva neoliberal, passa a existir uma tendência exacerbada de desemprego e precarização das relações de trabalho, fruto do avanço deste modelo de economia e reflexo de como este incide sobre as relações de

⁵ Para um aprofundamento sobre este movimento ver: NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação – 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84. São Paulo: Cortez, nov.2005 (pág: 5-20) e FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84. São Paulo: Cortez, nov.2005 (pág: 21-36).

trabalho e forma de acesso às políticas sociais. Nesse processo, o Serviço Social, como uma profissão assalariada, também sofre com essas transformações no mundo do trabalho, inserindo-se em relações e condições de trabalho cada vez mais precarizadas. Assim como podemos ver em Guerra,

As pesquisas que foram feitas sobre o assunto são insuficientes, mas demonstram as seguintes tendências: baixos salários, contratos temporários, parciais, por projetos, por atividades; pluriemprego; desespecialização no trabalho. Essas tendências reforçam a inserção subalterna da profissão na divisão social e técnica do trabalho – sua condição de profissão interventiva no âmbito das sequelas da questão social – e reforça seu modo de fazer emergencial, pontual, fragmentário e imediatista, limitando o exercício profissional às ações meramente instrumentais. Estas, como a modalidade de respostas historicamente exigidas à profissão, tem que ter um conteúdo de resolução imediata de problemas, ainda que de maneira temporária e paliativa (GUERRA, 2010, p. 13).

Decorrente disso, vemos cada vez mais vínculos de trabalho por contratos flexibilizados e passa a haver contratos por tempo parcial, reduzindo a carga horária e consequentemente os salários, forçando o profissional a buscar mais de um emprego para se manter. As instituições passam a ter uma maior rotatividade dos profissionais, os quais tem suas condições de trabalho precarizadas ao extremo, além da instabilidade profissional e flexibilização dos seus direitos sociais. Sem falar nas terceirizações de mão de obra dos assistentes sociais, pelas Organizações Sociais.

Esses processos decorrentes da ofensiva neoliberal geraram outra relação contraditória.

Isso porque o avanço experimentado pelo Serviço Social [...] que possibilitou, inclusive, a concretização do seu Código atual ou, melhor, o processo de renovação em curso nessa profissão em detrimento do Serviço Social tradicional, vem sendo acompanhado por metamorfoses sociais que em favor do capital aviltam o trabalho, chegando não só representar a inviabilidade de ampliação do

movimento de conquistas da classe trabalhadora, mas o seu retrocesso (FORTI, 2013, p. 108).

Com isso, podemos dizer que, no mesmo período, experimentamos um avanço e um retrocesso paralelamente. Um avanço no que se diz respeito à concepção teórica da profissão, em relação aos seus usuários e seu exercício profissional, qual podemos ver a teoria crítica materializada através de um forte instrumento - melhor dizendo, o principal - que é o Código de Ética Profissional criado em 1993. Avanço também observado com a criação, na mesma época, de mecanismos que embasam o acesso aos direitos, sobretudo direitos sociais, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, e as Leis Trabalhistas advindas do governo Getúlio Vargas. Porém, um retrocesso a partir do momento em que todos estes mecanismos surgem em um contexto de perspectiva do desenvolvimento econômico, político e social neoliberal, de repasse das funções do Estado para outras iniciativas, como a iniciativa privada, de “enxugamento” dos direitos trabalhistas, de constante expansão de lógica do mercado.

Não queremos dizer com isso que é algo utópico e impossível, a materialização de tais conquistas, porém devemos desenvolver vias para que as mesmas se realizem dentro destes espaços sócio-ocupacionais e no desenvolvimento das políticas sociais.

Os assistentes sociais, enquanto profissionais que lidam com o exercício e defesa dos direitos em seu cotidiano profissional, travam uma luta diária no interior das instituições em que se encontram, pois tendem a lidar com esta

contradição. E observaremos isso, com mais detalhes, no interior das penitenciárias, um destes espaços de atuação destes profissionais.

3.2 A inserção da profissão na área prisional

Até então, observamos como emerge a profissão do Serviço Social, que atua diretamente na execução das políticas sociais. Neste trabalho, o nosso olhar enfoca uma área específica de atuação destes profissionais: trata-se da política de execução penal. Para executar esta política, os assistentes sociais se inserem principalmente nas instituições de privação de liberdade e entenderemos como passou a se dar esta relação no Estado do Rio de Janeiro.

3.2.1 A Associação de Serviços Sociais e o Centro de Serviço Social

No estado do Rio de Janeiro, nosso recorte de estudo, o Serviço Social ingressou no Sistema Penitenciário na década de 1950, através da Associação de Serviços Sociais, que se originou em 1951 (FORTI, 2013). Essa Associação começou as atividades em caráter experimental, exercendo atividades próprias da profissão a fim de analisar a necessidade dos serviços nessa área de atuação. A Associação de Serviços Sociais

[...] teve à sua frente o Sr. Victorino Caneppa, major do Exército que visitou estabelecimentos penais na Europa e nos Estados Unidos que contavam com o trabalho de Assistentes Sociais e que introduziu experiência similar na realidade brasileira. A retornar ao país, com o suporte da Igreja católica, assumindo o cargo estatal de Diretor da Penitenciária Central, posteriormente denominada Penitenciária Lemos de Brito, mobilizou um grupo de voluntários para exercer atividades de assistência social, inicialmente em caráter experimental, para avaliar as necessidades desse serviço no Sistema Penitenciário. Esse grupo era composto por um presidente: representante da Igreja católica, monsenhor João Batista da Motta e Albuquerque, secretário: estudante de Serviço Social, Sr^a Sílvia Ludolf, tesoureiro: Assistente Social Sr^a Lea Correa Leal (FORTI, 2013, p. 129).

Fica ainda mais evidenciada a relação do Estado e Igreja Católica, ressaltando a breve discussão no item que trata sobre a contextualização do Serviço Social. Verifica-se também que a emergência do Serviço Social no Brasil foi respaldada pela Igreja católica, bem como as bases para sua inserção na política penitenciária, como observa Goldman ao dizer que

a intermediação da Igreja na política penitenciária se faz de forma nítida, ao mesmo tempo em que, de maneira oficiosa, o Serviço Social se atrela ao controle direto do Estado representado pelo Diretor (GOLDMAN *apud* FORTI, 2013, p.129)

No ano de 1954 foi estabelecido o Regime Penitenciário (Decreto n^o 3.5076), e em seu artigo 16 fica instituída *“Assistência Social nos estabelecimentos penais, aos sentenciados, aos egressos definitivos das prisões aos liberados condicionalmente, às famílias dos mesmos e das vítimas”*. Então, o médico Victor Messano, funcionário efetivo do estado, passa a chefiar o que se nomeia como Centro de Serviço Social, que nada mais é que uma seção de Serviço Social que se vincula ao Serviço de Recuperação Social.

Este Centro, e as respectivas assistentes sociais que o compunham, era subordinado a este médico, a partir do momento que não podiam ocupar cargo de chefia por não serem funcionárias do cargo efetivo como o mesmo, mas tratava-se de funcionárias contratadas. E as atividades que estas profissionais realizavam eram meramente de cunho assistencialista.

Pereira *apud* Forti (2013) desenvolve argumentos para a compreensão da subordinação do Serviço Social às demais áreas de atuação, como no caso, subordinavam-se ao médico, e apropriando-se de Gordon Hamilton salienta que

[...] nas organizações primárias, isto é, nas Agências de Serviço Social, tem-se considerado melhor a classificação segundo os tipos de serviço dentro da comunidade: de família, de menores e de orientação juvenil; nas organizações secundárias, o papel do Serviço Social, em relação aos objetivos da Medicina, do Direito, da Educação e outros mais, deve ser definido segundo um ponto de vista do trabalho em colaboração (HAMILTON *apud* PEREIRA, In: FORTI, 2013, p.130).

Então, Pereira defende a partir desta visão que a prisão não se trata de uma organização primária, por não se tratar de uma “agência de Serviço Social” e também argumenta que o Serviço Social vincula-se ao Serviço de Recuperação Social, através do Centro de Serviço Social, pelo fato da “criminologia estar hegemonicamente vinculada ao pensamento que relaciona o crime ao desvio de conduta, uma vez que vincula o crime a características criminógenas individuais” (PEREIRA *apud* FORTI). Com isso, o que podemos ver é que o trabalho exercido pelos assistentes sociais não passavam de mera colaboração e o “aparato da execução penal não era objeto de política pública”.

3.2.2 A Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE) e a Divisão Cultural e de Serviços Assistenciais

Na década de 60, temos a criação do estado de Brasília, que se torna a capital do país, em um contexto de desenvolvimentismo e suas ideais de expansão do Brasil, no estado da Guanabara há um reordenamento político-administrativo. São criadas Secretarias Estaduais de diversos âmbitos, como por exemplo, de Justiça. E esta secretaria incumbe-se de programar ações para serem executadas pela Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE).

A SUSIPE foi implementada pelo decreto-lei nº 3.752, de 1960, e com o tempo o que antes era o Centro de Serviço Social, dá espaço para a Divisão Cultural e de Serviços Assistenciais. E este é um momento de importância para

a profissão, pois a partir daí em diversos momentos a direção desta divisão se deu por assistentes sociais. Porém isso não retira o caráter assistencialista do exercício profissional neste campo de trabalho, havendo inclusive nomeação de funcionários “de confiança” de diretores de presídios, que “faziam serviço social ou assistência social”, assim, ser portador de uma formação profissional em Serviço Social, portanto, não era requisito institucional prioritário (PEREIRA *apud* FORTI, 2013, p. 131).

Este período em que esta Divisão está inserida corresponde ao mandato de Juscelino Kubistchek, que foi sucedido por Jânio Quadros, que após renúncia, foi sucedido por João Goulart e que por sua vez foi interrompido por interferência de militares que instauraram o regime de Ditadura cívico-militar, em 1964. Neste processo de mudança, várias modificações foram feitas, inclusive na SUSIPE, onde a Divisão Cultural e de Serviços Assistenciais foi extinta e juntamente todo o avanço que foi experimentado pelos assistentes sociais.

O Serviço Social voltou a atuar de forma isolada nas unidades, sem coordenação central, sem programa comum definido por tal coordenação. Além disso, no sentido administrativo, o Serviço Social também teve perda hierárquica, pois foi rebaixado do status de serviço para a condição de seção- Seção de Assistência Social, vinculada diretamente a cada Direção de Unidade. E permaneceu deste modo até 1972, quando foi criada a Divisão Assistencial, dirigida por um advogado de formação presbiteriana, cujo objetivo precípua era a coordenação da assistência religiosa aos Internados (FORTI, 2013,p.132).

Em 1973, mais mudanças ocorrem: a SUSIPE sai da Secretaria de Justiça e passa para a Secretaria de Segurança Pública, o que faz com que a prisão seja considerada no âmbito da segurança e não da justiça, ganhando ênfase uma política de repressão. Neste mesmo período, os funcionários da SUSIPE passam a ser subordinados aos militares da Ditadura, e ao mesmo

tempo os assistentes sociais sofrem um desafio, pois estão desarticulados, neutralizados e com um novo perfil de população para o atendimento: os presos políticos.

Adaptados a lidarem com uma população originária de

“camadas mais pobres e de perfil cultural e político empobrecido, pois esse é o perfil populacional comumente penalizado pela lei, passou a lidar também com internados oriundos das camadas médias ou médias-altas da sociedade e com subjetividades que denotavam participação cultural e política efetiva na vida nacional” (FORTI, 2013, p. 133).

Este foi um período de desafio ao Serviço Social, onde se evidenciou a força de repressão do Estado, em que a profissão passa a lidar com um sistema carcerário multifacetado, a partir do momento em que sua população usuária passa de presos originariamente de classes subalternas, para presos de classes mais altas da sociedade.

3.2.3 O Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE) e a Divisão de Serviço Social

A partir de 1975, com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, há uma mudança significativa: a SUSIPE retorna para Secretaria de Justiça e passa a ser denominada como Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE). Há a incorporação de todas as áreas prisionais: quatro em Niterói, uma em Magé e outra em Campos. Anteriormente, já havia cerca de 8 mil presos, com acréscimo, se tornam cerca de 9 mil. Este é um contexto de declínio da repressão da Ditadura, a partir de inúmeras denúncias de violação de direitos humanos.

Em agosto do mesmo ano, origina-se a Divisão de Serviço Social,

com o objetivo de coordenar tecnicamente a ação dos profissionais de Serviço Social nas unidades prisionais e ser um órgão de assessoria técnica à Direção Geral do DESIPE- Departamento do

Sistema Penal do Rio de Janeiro- e às Direções das prisões (FORTI, 2013, p. 133).

O DESIPE se diferencia ao ter como objetivo, além de manter a pessoa que cometeu o crime presa, “complementar a ‘ressocialização’ do preso por meio do tratamento penitenciário”. (FORTI, 2013, p.134). Com isso vemos o paradoxo que, tanto as pessoas privadas de liberdade, quanto os próprios funcionários que trabalham neste local, como os assistentes sociais, passam a vivenciar em seu cotidiano institucional.

No período de transformação de SUSIPE para DESIPE, o Serviço Social também passava por um importante processo de reflexão a cerca de sua dimensão política e de seu exercício profissional tradicional e assistencial. Embora esse não tenha sido um movimento homogêneo, que abraçou a todos os profissionais de maneira recíproca, foi algo que impactou de maneira intensa em diferentes áreas da profissão, como na área sóciojurídica, que inclui os assistentes sociais que trabalham no sistema prisional.

A partir dali, ainda que dentro das possibilidades que a instituição colocava, os assistentes sociais deste sistema passaram a participar de atividades de capacitação profissional, visando a reciclagem e aperfeiçoamentos destes profissionais. Diversas discussões eram abordadas nestes encontros e

mesmo que possamos avaliá-los como bastante limitados, correspondiam, em média, às possibilidades daquela época, e foram encontros que favoreceram que alguns profissionais despertassem, mais tarde, para a necessidade de compreensão da relação entre a sociedade contemporânea, a produção da criminalidade e a punição, [...] percebendo com espírito mais crítico fenômenos como a exclusão social e a penalização das populações empobrecidas (FORTI, 2013, p.134).

A Divisão de Serviço Social passa a ser de suma importância para o desenvolvimento da profissão face à política penitenciária, pois através dela, os assistentes sociais passaram a ter pela primeira vez um programa geral da profissão que norteava e uniformizava o exercício profissional em todas as unidades, tendo como fundo uma boa coordenação técnica que permitia o acesso aos objetivos profissionais pretendidos. Estes foram alguns marcos da época para a profissão dentro do sistema penitenciário:

- 1976: Realizado o primeiro curso sobre Serviço Social no sistema penitenciário.
- 1978: A Divisão de Serviço Social se responsabiliza pelo treinamento dos agentes religiosos (Portaria nº 266/78).
- 1981: Cria-se uma Comissão Especial que passa a supervisionar, para que sejam revistas, as ações dos assistentes sociais em todas as unidades prisionais.
- 1983: Implementa-se a supervisão grupal e individual dos assistentes sociais; Reorganiza-se a Coordenação de Estágio e ao revisar as atribuições do Serviço Social, observando o atendimento às famílias dos internos no sistema penitenciário.

No ano de 1984 é elaborada a Lei de Execuções Penais (LEP), que trata-se da Lei nº 7.210/84, um instrumento normativo que estabelece que

a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (Art. 1º, 1984)

Este mesmo documento institui a participação de assistentes sociais na Comissão Técnica de Classificação, sendo este um grupo que

[...] elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes bem como as conversões. (Art. 6º, 1984)

Isso significa que a partir deste momento na história do sistema penitenciário, os assistentes sociais passariam a interferir nas sentenças estabelecidas aos internos, e passariam então a elaborar relatórios para a colaboração e possibilidade de progressão de regime. Trata-se do instrumento de trabalho chamado de “exame criminológico”, um dos principais com que estes profissionais lidam em seu cotidiano profissional neste espaço de trabalho.

A LEP, nos artigos 22 e 23, estabelece a assistência social no interior dos presídios, porém que não se trata da assistência social crítica como nos dias atuais, mas de um assistencialismo para a população carcerária. Isso pode ser observado no trecho a seguir

A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Incumbe ao serviço de assistência social: [...] IV- promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação. V- promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade [...] (Art. 22 e 23, 1984).

Considerando que a LEP, com o desenvolver de todo esse tempo, não sofreu modificações, podemos considerar que seja, de acordo com este documento, uma atribuição dos assistentes sociais promover recreação para os presos e também facilitar seu retorno à liberdade. Estas são de fato, ações que não competem aos assistentes sociais, ainda mais se comparadas as normas estabelecidas em nosso Código de Ética Profissional. A LEP foi um instrumento de suma importância para a época, porém ineficaz para agora, a partir do momento em que se encontra defasada ao se inserir em um contexto que não permite que esta se realize.

Ao nos basearmos em seu primeiro artigo, que propõe uma “harmônica integração social” para os presos, pode-se levantar o seguinte questionamento: Como em presídios superlotados, inúmeras vezes sem um profissional de Serviço Social para realizar o acompanhamento destes indivíduos, e onde diariamente presenciamos a violação de direitos podemos desenvolver uma pessoa harmonicamente? Isso é algo impossível, pois não encontramos soluções mínimas no interior da política de execução penal, para que isso se realize. E que com o passar dos anos, a situação só sofre com a piora nestes estabelecimentos penais.

Como um instrumento normativo que também demonstra as atribuições dos assistentes sociais no interior das prisões, temos o Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro (RPERJ). Criado em 1986, estabelece que

Objetivando preservar-lhe a condição de ser humano, tanto quanto prevenir o crime e lhes orientar o retorno à convivência em sociedade, o DESIPE propiciará aos presos provisórios, aos condenados, aos condenados e aos internados, assistência: material, à saúde, à defesa legal, educacional, de Serviço Social e religiosa. Tal assistência estende-se ao egresso e aos filhos das presas (Cap. II- Seção II- Da Assistência, art. 22).

A LEP e o REPERJ são objetos de que possibilitaram aos assistentes sociais que compunham a Divisão de Serviço Social do DESIPE, um avanço em seu exercício profissional na época, pois embora muitas fossem atribuições de cunho assistencialista, aquele tratava-se do início em que estes profissionais iriam exercer sua função com uma forma estabelecida, com funções estabelecidas previamente em lei, e com reconhecimento de espaço no interior destas instituições.

3.3 - A criação da Secretaria do Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

Em 2002, houve uma integração à Superintendência de Saúde, que promoveu um concurso público e permitiu a ampliação do quadro profissional da Divisão de Serviço Social. A partir do decreto nº 32.621 de 1º de janeiro de 2003, institui-se a Secretaria do Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ).

Este era o período do governo de Benedita da Silva, sucedido por Sérgio Cabral, e que nomeia como coordenador deste segmento o coronel da polícia militar Cesar Rubens Monteiro de Carvalho.

A SEAP possui em sua estrutura três subsecretarias adjuntas: Unidades Prisionais, Infra-Estrutura e Tratamento Penitenciário, além da Subsecretaria Geral de Administração Penitenciária, onde a Divisão de Serviço Social do DESIPE, torna-se Coordenação de Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário.

A missão da SEAP é *“planejar, desenvolver, coordenar e acompanhar as atividades pertinentes à Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, no que concerne à custódia, reeducação e reintegração do preso à comunidade em conformidade com as políticas estabelecidas”*.

Com o amadurecimento da criticidade contida no Código de Ética criado em 1993, os assistentes sociais passam a ter cursos de capacitação e passa desenvolver supervisão de estagiários de Serviço Social que começam a se inserir neste espaço.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de

cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (Iamamoto, 2009, p. 5)

Isso não se distancia dos objetivos dos assistentes sociais que atuam na SEAP. Estes profissionais travam uma luta diária na afirmação dos direitos da população prisional, para que mesmo que este público encontre-se desprovido de sua liberdade de ir e vir, não fique desprovido de acesso aos demais direitos, pois mesmo encontrando-se em privação de liberdade não deixaram de serem sujeitos de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dissemos, nosso interesse pelo enfoque desta área surgiu a partir de experiência como estagiários de Serviço Social da Secretaria do Estado de Administração Penitenciária, entre os anos de 2012 a 2014.

Neste período, muitas inquietações se levantaram com relação a instabilidade de profissionais e a inserção dos mesmos através de vínculos de trabalho fragilizados por tratar-se de contratações temporárias.

Na política de execução penal, os profissionais atuam, sobretudo, no interior das instituições de privação de liberdade, a exemplo: Cadeias Públicas (para pessoas que aguardam sentença, também conhecidas como “porta de entrada” do Sistema Penitenciário), Penitenciárias (para pessoas já sentenciadas ao regime fechado e, em alguns casos, que também aguardam sentença), Patronatos (para pessoas sentenciadas ao regime semi-aberto) e Institutos de Tratamento Psiquiátrico.

O recorte tratou de focalizar especificamente a Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza, também nomeada como Bangu 8. Trata-se de uma unidade feminina que comportava um contingente de aproximadamente 400 internas, e tinha em seu corpo de profissionais apenas uma assistente social e uma estagiária. E também o Instituto de Perícias Heitor Carrilho, que no momento estava sendo desativado, e passava pelo processo de desinstitucionalização de seus usuários, e contava com duas assistentes sociais.

Para desenvolvermos este ensaio foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos relacionados ao nosso, principalmente sobre a

ideologia e ofensiva neoliberal, O Estado Penal e o Estado Social, a realidade das penitenciárias e o cenário da atuação profissional.

Para chegarmos ao nosso objetivo, compreendemos que inserção dos profissionais nestes espaços, sob regime de subalternidade e precarização não se trata de um fenômeno recente, mas que advém de um longo período, e está contextualizado em um campo de propagação de ideologia neoliberal, que enfatiza a valorização à segurança, e desprioriza a área social.

Como vimos no Capítulo 2, sob a ideologia neoliberal, o “bem-estar social” deve vir através do âmbito privado, tendo como fontes “naturais” a família, comunidade e serviços privados. A ação do governo passa a ser complementar e minimalista, não assumindo nenhum caráter de direito. Esse retrocesso social influi diretamente no agir profissional, uma vez que o profissional não tem como realizar um trabalho estrutural, mas apenas dentro das condições que está submetido. É nesse contexto que evidenciamos o processo de desmonte de acesso ao direito, no qual a “questão social” e suas várias expressões passam a ter no cenário neoliberal, um tratamento como caso de polícia e não de política.

Aliado a esse processo, podemos enfatizar, conforme tratamos no primeiro capítulo, que a partir dos anos de 1990, com a ofensiva neoliberal, passa a existir uma tendência exacerbada de desemprego e precarização das relações de trabalho. Esse processo implica na destituição de direitos trabalhistas e sociais e sucateamento dos serviços públicos. Nesse processo, o Serviço Social, como uma profissão assalariada, também sofre com essas

transformações no mundo do trabalho, inserindo-se em relações e condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Sem acesso às políticas sociais de forma universal e ao mundo trabalho, e muitas das vezes nem mesmo conseguindo inserir-se nas relações de trabalho mais pauperizadas, como trabalhador terceirizado ou informal, a classe trabalhadora passa buscar sua sobrevivência por outros meios, com isso temos o aumento do índice da violência e de delitos. Não significa que estes índices crescem somente porque somente estas classes subalternas cometa crimes, mas o que se realça é criminalização da pobreza. Isso nos permite identificar o perfil predominante da população carcerária: Jovens, negros, advindos de camadas pobres da sociedade, com baixo nível de escolaridade e moradores de áreas periféricas.

Esses fatores elucidam o fato do Brasil ser o 2º país no mundo em maior taxa de aprisionamento. Um país que tem uma taxa de aprisionamento de 300 para cada 100.000 habitantes e um déficit de mais de 230.000 vagas. Ou seja, prende-se exacerbadamente mais do que se suporta no sistema prisional, e prende-se mais um perfil específico de pessoas.

A partir dos resultados obtidos no estudo, podemos afirmar que não é possível se alcançar os objetivos institucionais da SEAP, que foi criada para dar *“assistência mais personalizada às direções dos presídios”* e *“dar um tratamento individualizado e específico ao Sistema Penitenciário do estado do Rio de Janeiro”*. Uma vez que as instituições penais encontram-se superlotada e o contingente profissional é extremamente escasso. Torna-se um desafio a realização de um trabalho estrutural, qualificado e individualizado com os

usuários do Serviço Social nesta instituição. Porém, este não é o único motivo que não se tem como alcançar este objetivo, mas também devido o interesse deste sistema ser a valorização da segurança em detrimento da área social.

Pretendemos com este trabalho de conclusão de curso colaborar com o reconhecimento e o debate da profissão na área sócio-jurídica na sociedade contemporânea. Visamos contribuir de forma significativa para a compreensão dos desafios que estão impostos ao fazer profissional e a concretização dos direitos. Sabemos que os desafios impostos à profissão são muitos, porém os caminhos para a superação dos mesmos são visíveis e possíveis. Tivemos grandes avanços na área profissional, como o Projeto Ético Político do Serviço Social, a Lei Orgânica da Assistência Social, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8262/93 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Assim como no campo política tivemos a Lei de Execuções Penais, a Constituição Federal de 1988, etc. Cabe a nós profissionais, à luz das diretrizes da profissão, participar no processo de transformação societária com vistas à superação das contradições da economia capitalista.

Esperamos também que este trabalho venha contribuir de forma a incentivar outros a estudarem o tema e aprofundá-lo ainda mais, possibilitando cada vez mais um entendimento dos processos ideológicos e as possíveis estratégias de superação. Espera-se que a profissão, a partir de seus aportes teóricos, amplie o conhecimento sobre essa temática e que possibilite não só a efetivação de seu fazer profissional, bem como contribuir de forma afirmativa para a concretização dos direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa.** Tempo Social: Ver. Soc. Da USP. São Paulo, 3 (1) 7-40, 1991.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.B. **Política Social: Fundamentos E História.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto 3.5076/1954 – **Regime Penitenciário.** Brasília, DF: Senado, 1954.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- INFOPEN (Junho de 2014).** Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça- 2015.

BRASIL. **Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República- Exercício 2001,** Brasília, 2002.

BRISOLA, Elisa. **Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social.** In: Ser Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CPERJ (Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1031364/lei-6181-12>>>. Acesso: 15/02/14.

Conheça a SEAP (Secretaria do Estado de Administração Penitenciária)
Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=140682>> Acesso em: 20/01/14.

DECRETO Nº. 8897, DE 31 DE MARÇO DE 1986. Disponível em:

<<http://www.sindsistema.com.br/?pagina=legislacao2&id=88>>. Acesso em: 24/01/2014

DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional – Dados do sistema penitenciário brasileiro). Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&Team=¶ms=itemID={C37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>> Acesso: 20/01/14.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional.** 3ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. **Mesa Simultânea 2: Condições de Trabalho e demandas profissionais no campo sociojurídico.** In: II Seminário Nacional: O Serviço Social no Campo Sociojurídico na Perspectiva da Concretização de Direitos. Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Tempo de Luta e Resistência. – Brasília: CEFESS, 2012.

FUESP (Lei nº 1125 de 1987). Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/80b56659754a029b03256546006692df?OpenDocument>> Acesso em: 15/02/14.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. **Mais Estado Social e Menos Estado Penal.** In: Revista Inscrita (Rio de Janeiro), Brasília, v. 8, p. 25-30, 2002.

FREIRE, Silene de Moraes. Estado, Democracia e Questão Social no Brasil. In: BRAVO, M. Inês S. e PEREIRA, Potyara A.P.(ogs). Política Social e Democracia.-5ª ed.São Paulo, Cortez Editora, 2012.

GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento.** In: COSTA, G. (Org.). Crise Contemporânea e Serviço Social. EDUFAL, 2010. P. 1-24.

GOLDMAN, Sara Nigri. **O crime organizado nas prisões: sua trajetória e o seu rebatimento no Serviço Social do DESIPE.** Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFRJ, 1989(original inédito).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena Contemporânea.** . In: Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.** . In: Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAURELL, A. C. **Avançando em direção ao passado: A política social do neoliberalismo.** In: LAURELL, A. C. (Org.). Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 3 ed., 2002.

MOTA, Ana Elisabete. **As transformações no Mundo do Trabalho e seus desafios para o Serviço Social.** In: O Social em questão. Rio de Janeiro. PUC (Departamento de Serviço Social). Volume 1, número 1, 1997.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: O desmonte da nação: balanço do governo FHC (Lesbaupin – ORG). Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. **Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da “questão social”.** In: NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151 –162.

PEREIRA, Tânia Maria D. **O Serviço Social no campo da execução Penal: redimensionando seu lugar na custódia.** Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro/ UFRJ, 2004 (original inédito).

SÁ, G.R. **A prisão dos excluídos: Origens e reflexões sobre a pena privada de liberdade.** Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996.

SIERRA, Vânia Morales. **A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça.** In: Revista Katálisis, Florianópolis, v.14, n.2, pág. 256- 264. Julho/ Dezembro 2011.

SILVA, C.L.N., MOREIRA, C.A., et al. **A realidade dos assistentes sociais nas instituições públicas que compõem o campo sociojurídico no estado do Rio de Janeiro/ Brasil.** In Revista de Trabajo Social, FHC – UNCPBA. Ano 4 nº 6, Dezembro de 2011.

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade.** In: CFESS; ABEPSS. SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. **Hiper-realidade ou hipoteoria?** Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2007/agosto/cul_005.htm>. Acesso em 21/03/2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009.